

APRESENTAÇÃO

Trata-se de orientação sobre a realização de **Ação Educativa: COVID-19 e Demandas de Saúde**, com articulação de ações semelhantes voltadas ao aperfeiçoamento de magistrados – que, em caso de entrega de atividade específica (conforme orientado no **item 4** deste documento), poderão ser certificados. **Para isso, contarão com a diversificação de ações, tais como: webinário, com videoaulas temáticas, fóruns e entrega de atividade, como um produto de reflexão/orientação** que poderá ser relevante para reorientar prática judicante em tempos de pandemia, considerando o surgimento das novas demandas judiciais.

O aperfeiçoamento tem o foco em temas/assuntos de aspectos desafiadores da prática e a finalidade de auxiliar a reorientar o trabalho judicante neste momento da Covid-19. Será desenvolvido na modalidade a distância, com **carga horária variável** e **temas relativos à prática judicante em processos específicos**, conforme conteúdos e programação apresentados neste documento.

As ações educativas aqui mencionadas são detalhadas na parte metodológica deste projeto e disponibilizadas para acesso/realização pelos magistrados na plataforma que está hospedada no sítio da Enfam, no endereço: <https://www.enfam.jus.br/portal-covid19/ead/>. O referido espaço é destinado às informações específicas de cada ação e traz mais orientações sobre os procedimentos de inscrição e participação.

OBJETIVOS

Objetivo Geral:

- Identificar os principais impactos práticos, desafios e problemas jurisdicionais, em demandas de saúde, decorrentes da pandemia causada pelo coronavírus.

Objetivos Específicos:

- Compreender os aspectos essenciais do contexto da judicialização da saúde no Brasil, especialmente naqueles pontos mais relevantes para a solução de casos envolvendo a COVID-19;
- Conhecer os órgãos e as normas mais relevantes do Sistema de Saúde, dando ênfase aos pontos que possam ter influência nas demandas envolvendo a COVID-19;
- Sistematizar as principais questões e decisões em casos de saúde, visando reconhecer os princípios fundamentais que orientam a jurisprudência nessa seara;
- Conhecer tipos de resolução de casos relativos às internações (cirurgias, UTIs, ventiladores etc.), considerando a situação da saúde e a estrutura do SUS, bem como

aspectos relativos à extensão do Direito à Saúde em tempos de pandemia causada pelo coronavírus (COVID-19);

- Identificar critérios científicos e **medidas prioritárias** em saúde **para reorientar as decisões judiciais** considerando o contexto da pandemia causada pelo coronavírus (COVID-19);
- Reconhecer as ferramentas, **novas formas de atuação do Judiciário** e fontes de consultas de fundamentação científica em saúde **para melhor orientar as decisões** judiciais, de modo a atuar com mais propriedade em casos relativos ao coronavírus (COVID-19);
- Identificar situações judiciais relativas à saúde suplementar para orientar as decisões em casos relacionados ao coronavírus (COVID-19).

CONTEÚDOS

1. O Contexto da Judicialização da Saúde

- 1.1 Apresentação do curso
- 1.2 Causas da judicialização da saúde
- 1.3 Consequências positivas e negativas da judicialização da saúde
- 1.4 Possibilidades e justificativas da judicialização da saúde
- 1.5 Princípios gerais da atuação judicial em demandas de saúde

2. Entendendo o SUS

- 2.1 Por que é tão difícil entender o SUS?
- 2.2 Principais normas que regulam a saúde no Brasil
- 2.3 Entendendo o financiamento do SUS
- 2.4 O que é a medicina baseada em evidências?
- 2.5 O que é a Anvisa e qual o seu papel?
- 2.6 O que é a CMED e qual a sua função?
- 2.7 O que é a Conitec e qual a sua função? Como ocorre a análise de incorporação de novas tecnologias em saúde?
- 2.8 O que é custo efetividade e como calculá-lo?
- 2.9 O que são os PDCTs e DDTs?
- 2.10 O que é a Rename?
- 2.11 Visão global e sistemática do processo de incorporação de novas tecnologias
- 2.12 O que é a ANS e qual o seu papel?
- 2.13 O que são os NAT-JUS?
- 2.14 Dicas práticas para pesquisar se uma tecnologia em saúde é baseada em evidências

3. Demandas de Saúde na Prática

- 3.1 Parâmetros decisórios do STJ e do STF
- 3.2 Leitos de UTI: escolhas trágicas, prioridades e regulação
- 3.3 Cirurgias de emergência, de urgência e eletivas
- 3.4 Tratamentos oncológicos

3.5 Medicamentos órfãos e doenças raras

4. Uma perspectiva de alguns conflitos que poderão surgir em virtude da COVID-19

METODOLOGIA – ARTICULAÇÃO DE AÇÕES

A **Ação Educativa**, para fins de **certificação**, será desenvolvida com a **articulação de Webinário e Fóruns de Discussão** (disponíveis no “Centro de Apoio à Magistratura Brasileira – COVID-19”, plataforma digital que começou a funcionar no dia 7 de abril de 2020). Contará também com **tarefa individual** (a ser entregue pelo EducaEnfam).

O participante deverá participar das seguintes etapas:

- I. **Webinário**, realizado conforme programação. Será desenvolvido com vídeos gravados, disponíveis em: <https://www.enfam.jus.br/videoteca/> e, também, com videoaulas *on-line*. Todas as aulas ficarão disponíveis para visualização em outros momentos.
- II. **Fóruns de Discussão** – ação educativa de apoio ao trabalho do magistrado – disponível em: <https://www.enfam.jus.br/foruns/> – com o propósito de contribuir com informações e discussões específicas, fomentando debates relativos aos problemas surgidos com a COVID-19. O cursista será avaliado pela participação nos fóruns, com postagens, durante o período de pelo menos **5 dias corridos** ou alternados. Acontecerão da seguinte forma:
 - Os fóruns serão disponibilizados ao longo das semanas seguintes, na página da Enfam, plataforma do Centro de Apoio aos Magistrados à COVID-19: <https://www.enfam.jus.br/foruns/>, até o dia 22/5;
 - Cada aluno deverá participar dos fóruns com, **pelo menos, cinco postagens em dias corridos ou alternados ao longo do período**, não havendo necessidade de postagens diárias.
- III. **Atividade Individual (Registro Reflexivo** – pelo EducaEnfam) – poderá ser produto para alimentar o repositório sobre COVID-19, conforme análise/parecer avaliativo da coordenação científica. Poderá, por exemplo, contribuir para a elaboração de guia prático/produção de material para orientar a prática profissional. Etapa que se caracteriza como fundamental para avaliar os resultados das aprendizagens, considerando a participação nas ações anteriores. A entrega dessa atividade final é **requisito para certificação**.

Os procedimentos para inscrições em cada uma das ações, descritas anteriormente, serão divulgados na plataforma: <https://www.enfam.jus.br/portal-covid19/>.

ATIVIDADES PARA FINS DE CERTIFICAÇÃO

O cumprimento das **3 etapas (ações descritas no item 4)** é requisito para certificação para fins de promoção/vitaliciamento. Nessa convergência, as atividades a serem realizadas, além de **acesso ao webinar**, serão as seguintes:

1. Participação em **Fóruns de Discussão**: participar com postagens, por 5 dias corridos ou alternados, de acordo com o tema de interesse.
2. Elaborar e entregar um **Registro reflexivo**, da seguinte forma:

Apresentação da atividade:

Registro Reflexivo

A atividade consiste em apresentar a **solução de um problema específico** percebido na prática judicante em decorrência da pandemia (COVID-19), tendo como **referência** fundamentos ancorados em temas de webinar, materiais e fóruns disponibilizados pela Enfam na plataforma do Centro de Apoio à Magistratura.

Desenvolvimento:

O registro deverá ser realizado com o foco em **um tema/problema específico**, bem como ser desenvolvido de forma a **apontar soluções cabíveis para auxiliar os magistrados em aspectos da prática judicante, de modo a contribuir para orientar e promover mudanças do trabalho em tempo de pandemia.**

Aspectos a considerar no desenvolvimento do texto:

1. Identificação do problema e tema referentes às demandas surgidas com a pandemia (COVID-19), que afeta o trabalho judicial;
2. Proposições/estratégias que sirvam para incentivar a análise crítica, a autonomia e criatividade no trabalho;
3. Orientação/sinalização que contribua para o desenvolvimento de hábitos e estratégias/técnicas de estudo/trabalho que possibilitem maior aproveitamento do tempo/ações rápidas, contextualizadas e bem fundamentadas;
4. Indicação de ferramentas e de recursos que facilitem o trabalho e a resolução de problemas semelhantes ao identificado;
5. Estratégias efetivas que contribuam com processo de aprendizagem e de trabalho em tempos de pandemia/mudanças.

Certificação:

Os **magistrados participantes** que realizarem as **atividades propostas terão direito à certificação das horas para fins de promoção/vitaliciamento**. Nesse caso, os certificados serão disponibilizados na Plataforma da Enfam oportunamente após a entrega do Registro Reflexivo (será encaminhado e-mail informando da disponibilidade do certificado).

Para **envio de Registro Reflexivo e para a emissão do certificado**, é necessário realizar o seguinte procedimento:

- 1) Acessar o sistema EducaEnfam, por meio do *link* <http://educa.enfam.jus.br>;
- 2) Na tela inicial do sistema, preencher os campos da seguinte maneira:
 - a. *Login:* CPF ou *e-mail* do participante;
 - b. Senha: a senha anteriormente cadastrada no sistema.
- 3) Após o preenchimento dos campos, clicar o botão Entrar.

Mais informações, entrar em contato com Equipe de Desenvolvimento: cdae@stj.jus.br

Coordenadoria de Planejamento e Avaliação de Ações Pedagógicas / Equipe Enfam
cpap@enfam.jus.br